



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2026

TERMO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA/ES E DE OUTRO LADO A EMPRESA IMPERIO CERTIFICADOS DIGITAL LTDA, NA QUALIDADE DE CONTRATANTE E CONTRATADA, RESPECTIVAMENTE, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

De um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA - ES**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Osvaldo Lopes, s/nº - Bloco B – Centro – Montanha/ES, CEP 29890-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.795.695/0001-80, neste ato representada por seu **PRESIDENTE O SR. ADIVALDO RODRIGUES DE SOUZA**, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF 783.551.097-91, portador da cédula de identidade nº 714246 SSP/ES, residente e domiciliado na Avenida Dos Combonianos, nº 807, Bairro Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **IMPERIO CERTIFICADOS DIGITAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 57.794.545/0001-34, com sede na na Rua Francisco Bento do Couto, 93, Bairro Centro, Tremembé, CEP: 12125-022, neste ato representado pelo Sr **MARCOS VINICIUS RODRIGUES SANT ANA**, inscrito no CPF nº 336.840.648-58, portador do RG nº 43547088 SSP/ES doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar este Contrato nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, , processo administrativo nº 0392/2026, Dispensa de Licitação nº 009/2026 que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS:

1.1. Pelo presente instrumento, e, na melhor forma de direito, as partes anteriormente



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

1.2. individualizadas e, devidamente qualificadas, resolvem pactuar o presente contrato que será regido pelo artigo 75, II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), dos tipos A1 e A3, padrão ICP-Brasil, destinado à Câmara Municipal de Montanha/ES, conforme especificações descritas neste Termo de Referência nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.2. Os serviços serão prestados para Câmara Municipal, situado na Praça Osvaldo Lopes, s/nº, Bloco B, Centro, Montanha-ES.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:

4.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, com início a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no sítio eletrônico do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES podendo ser prorrogado, de acordo com os artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O valor do presente contrato é de R\$ 1.509,65 (um mil quinhentos e nove reais e sessenta e cinco centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

5.4. O pagamento será efetuado até trinta dias do mês subsequente, após apresentação da Nota Fiscal, o qual deverá ser entregue ao Setor Contábil da Câmara Municipal para a devida aprovação, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa conjunta de Débitos Federais;
- b) Certidão Negativa de Débitos Estadual;
- c) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

5.5. O pagamento será realizado mediante transferência bancária, Banco do Brasil 001 Ag 6926-4 Cc 85000-4, de titularidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta da dotação sob a rubrica: Ficha: 007; Fonte: 15000000000; Outros Serviços de Terceiros: 3390390000 – Manutenção das atividades internas da Câmara Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES:

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

7.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

a) Será admitido o reajuste do contrato, somente após 12(doze) meses de vigência do mesmo, demonstrando as condições pertinentes, devidamente comprovadas.

b) A variação de preços para efeito de reajuste anual será medida por índice adequado, legalmente criado e relacionado ao objeto do certame. No presente caso será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendido os 12 (doze) meses decorridos a partir da assinatura do Contrato, desde que manifestado pela Contratada antes da prorrogação do contrato.

c) O índice utilizado poderá ser substituído por outro, desde que oficial, em conformidade com a legislação vigente.

d) A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe diretamente em majoração ou minoração de seus encargos.

f) A Administração terá o prazo de até 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que expressamente motivado, para analisar e decidir sobre o pedido de reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a) Entregar o objeto solicitado no prazo estipulado neste.

b) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro, de acidentes,



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

- impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos e referentes aos eventuais serviços executados por seus empregados.
- c) Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão do objeto, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los.
 - d) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos.
 - e) Manter-se, durante toda a vigência dos contratos, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
 - f) Atender ao CONTRATANTE durante a execução do objeto, quando solicitado.
 - g) Todas as despesas inerentes a execução do objeto, tais como: transportes, seguros, taxas, impostos, salários, encargos trabalhistas e outros que resultarem do fiel cumprimento objeto, serão inteiramente de responsabilidade da empresa Contratada.
 - h) Substituir, no prazo indicado neste documento o objeto em desacordo com a proposta ou as especificações do objeto deste termo, ou que porventura sejam entregues/realizados com defeitos ou imperfeições.
 - i) Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato quando se verificar vícios, defeitos ou incorreções.
 - j) Informar números de seus telefones fixos e celulares, endereço físico e eletrônico para contato, mantendo-os atualizados, como também informar o preposto representante.
 - k) Comunicar ao Contratante, por escrito, por meio físico ou digital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.
 - l) Manter a qualidade do serviço;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1 São obrigações da Contratante, além daquelas dispostas em lei:
- 9.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações decorrentes do contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada às dependências.
- 9.3. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado na legislação.
- 9.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, comunicando à contratada as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

9.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações.

9.6. Aplicar as sanções, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DO RECEBIMENTO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO.

11.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no termo de referência, o qual faz parte integrante a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, a Câmara Municipal poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

12.2. Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com a



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

Câmara Municipal, conforme Lei 14.133/21, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantindo a ampla defesa.

12.3. A Câmara Municipal reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.

12.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO:

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no procedimento original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo da execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Câmara Municipal à continuidade do contrato.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – CDC e normas e princípios gerais do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO:

15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Montanha-ES como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente, e juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

Montanha-ES, 23 de Abril de 2026.

ADIVALDO RODRIGUES DE SOUZA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA
Contratante

Assinado de forma digital
por IMPERIO CERTIFICADO
DIGITAL
LTD A:57794545000134
Dados: 2026.04.23
14:28:28 -03'00'

IMPERIO CERTIFICADOS DIGITAL LTDA
Contratado



Câmara Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/n - Centro, Montanha

CEP 29890-000 - Telefone: (27) 3754-1052

www.cmmontanha.es.gov.br

contato@cmmontanha.es.gov.br

Anexo I - Contrato N° 000009/2026

Dispensa N° 000009/2026

Processo: 000392 / 2026

Contrato N° 000009/2026

Empresa: IMPERIO CERTIFICADO DIGITAL LTDA

CNPJ: 57.794.545/0001-34

Endereço: RUA FRANCISCO BENTO DO COUTO, 93 - CENTRO - TREMEMBE - SP - CEP: 12125022

Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
	00000287	CERTIFICADO DIGITAL E CPF PADRÃO ICP BRASIL TIPO A3 certificados digitais e-cpf, padrão icp-brasil, tipo a3, para atender as necessidades da câmara municipal de montanha/es, conforme termo de referencia.	UN	10,000	128,000	1.280,00
	00000288	CERTIFICADO DIGITAL E-CPF PADRÃO ICP BRASIL TIPO A1 certificados digitais e-cpf, padrão icp-brasil, tipo a1, para atender as necessidades da câmara municipal de montanha/es, conforme termo de referencia.	UN	5,000	45,930	229,65
						1.509,65

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Iconha-ES, 08 de abril de 2026.

MOISES PINTO MARCHIORI

Presidente da Câmara

Protocolo 1776833

PORTARIA Nº 050/2026, DE 08 DE ABRIL DE 2026.

NOMEIA SERVIDOR PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO N.º 006/2026.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ICONHA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Rita de Cássia Figueira Paulino, Matrícula n.º 273, como fiscal titular e a Servidora Aline Aparecida Marcarini, Matrícula n.º 326, como fiscal suplente, para fiscalizar a execução do Contrato n.º 006/2026, celebrado entre a Câmara Municipal de Iconha e a Empresa Olimar Garcia Biancardi ME.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Iconha-ES, 08 de abril de 2026.

MOISES PINTO MARCHIORI

Presidente da Câmara

Protocolo 1776835

Montanha

Contrato

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0392/2026.
CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA-ES, CNPJ: 39.795.695/0001-80.
CONTRATADA: IMPÉRIO CERTIFICADOS DIGITAL LTDA.
CNPJ: 57.794.545/0001-34.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de certificados digitais para pessoa física (e-CPF), dos tipos A1 e A3, padrão ICP-Brasil, destinado à Câmara Municipal de Montanha/ES, conforme especificações descritas neste Termo de Referência nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações.
VALOR GLOBAL: R\$ 1.509,65 (um mil quinhentos e nove reais e sessenta e cinco centavos).
Vigência: 12 meses, podendo ser prorrogado conforme art.106 e 107 da lei 14.133/2021.

IDCIDADES: 2026.048L0200001.09.0009

Montanha, 24 de abril de 2026.

Adivaldo Rodrigues de Souza

Câmara Municipal de Montanha/ES

Protocolo 1776471

Santa Maria de Jetibá

Aditivo

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Processo nº 00056/2024

Contrato nº 12/2024

Aditivo Contratual nº 02/2026

Código CidadES: 2024.062L0200001.09.0003

Fundamentação: Artigo 94 da Lei Federal 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

Contratante: Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.

Contratada: **E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE**, CNPJ nº 39.781.752/0001-72

Objeto: O presente Aditivo Contratual tem por objeto o aditamento da Cláusula 2ª (item 2.1) e 3ª (item 3.1), do Contrato nº 12/2024, para aditar o prazo e reajustar o valor, para contratação de empresa especializada para fornecimento de sistemas informatizados de gestão pública para Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá. Fica prorrogado o Contrato nº 12/2024 por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência da contratação iniciando em 01 de julho de 2026 e finalizando em 30 de junho de 2027. O reajuste do presente contrato dar-se-á apenas aos valores pagos mensalmente, pelo uso dos sistemas fornecidos pela contratada, bem como pela gestão de ambiente de hospedagem, nos valores descritos no item seguinte. Mantendo e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Santa Maria de Jetibá, 29 de abril de 2026.

CARLOS ALBERTO WRUCK ESPINDULA

Presidente da Câmara

Protocolo 1776478

São Mateus

Decreto

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 056/2026
CONCEDE TÍTULO EM HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

O Presidente da Câmara Municipal de São Mateus - ES, Wanderlei Segantini, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe o inciso IV do artigo 31 - Lei Orgânica do Município de São Mateus, de 05 de abril de 1990, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO HONORÁRIO DE HONRA AO MÉRITO EM HOMENAGEM AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER a Senhora MARIA DE LOURDES VICENTE RIVA.